

Territorialização e Etnicidade Entre os Pataxó Meridionais: performance e desconcerto nas “representações” em torno do Monte Pascoal

Caetano da Silva, José Luís*

Palavras-Chave: 1. **Índios do Brasil.** 2. **Territorialização e Etnicidade.** 3. **Tese (Dout. – UFBA/FFCH/PPGCS. I. Título).**

Resumo

* José Luís **Caetano da Silva** é doutorando da Universidade Federal da Bahia **UFBA**, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais **PPGCS/Concentração Antropologia**, sob a orientação de Dra. Maria **Rosário** Gonçalves de **Carvalho**, com defesa prevista para junho deste ano. É membro estudante da Associação Brasileira de Antropologia desde 2004 e Professor Assistente A2 no Bacharelado em **Comunicação Social/Jornalismo** da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia **UESB**, onde coordena o Núcleo de Estudos em Comunicação, Culturas e Sociedades **NECCS** (grupo de pesquisa “*em formação*”, conforme registro no Conselho Nacional de Pesquisa **CNPq** ver www.cnpq.br), e-mail lucae34@yahoo.com.br.

Tratar-se-á, aqui da posse da terra entre os Pataxó meridionais e das representações *emics* e/ou *ethics* da territorialização, da diferenciação étnica e da luta por um patrimônio cuja terra é a mãe, círculo re-plicado, ex-plicado na configuração das retomadas, nas casas, nas aldeias e agrupamentos de famílias extensas, bem como nas plantações em tabuleiros e boqueirões ao redor destas; enfim nos volteios do Auê/Toré. “O Auê é um círculo, a casa é um círculo, a aldeia é um círculo, o mundo é um círculo”. Neste campo em disputa opõe-se e se articulam índios Pataxó meridionais, “sem-terra”, posseiros herdeiros e por fazendeiros titulados pelo estado da Bahia. Tais conflitos servirão, aqui, como espaços de interações significantes para a definição de limites políticos, econômicos e sociais, em suma, na diferenciação interna do campesinato. As políticas públicas envolvidas trazem para o conflito a mediação de agentes da FUNAI, INCRA, IBAMA, os advogados representando as partes envolvidas, os representantes da justiça estadual e Federal, os peritos judiciais. Por fim, ONGs e partidos políticos, que assessoram ou prestam apoio às duas minorias sociais envolvidas somam inúmeros outros agentes. A posição e as tomadas de posição destes agentes possuem significados de cuja compreensão depende o entendimento deste processo. O objetivo central da investigação, assim, será caracterizar e correlacionar os diferentes “proprietários” da terra, e os sentidos e significados dessa posse.

- Introdução

Trata-se, nesta comunicação da **posse** da terra entre os Pataxó meridionais e das representações *emics* e/ou *ethics* da **territorialização**, da **diferenciação** étnica e da **luta** por um patrimônio cuja terra é a mãe, círculo re-plicado, ex-plicado na configuração das retomadas em torno do Monte Pascoal e no entorno do Parque Nacional do Descobrimento, em cada casa e nos vetores de expansão urbana, em cada aldeia e/ou agrupamento relativamente autônomo de famílias extensas¹, bem como nas plantações em tabuleiros de mandioca e boqueirões de cacau, banana e café ao redor destas; nos volteios do Auê/Toré enfim. “O Auê é um círculo, a casa é um círculo, a aldeia é um círculo, o mundo é um círculo”².

Nesse campo em disputa, opõe-se e se articulam índios Pataxó meridionais, “sem-terra”³, posseiros⁴ herdeiros e possuidores de termos de compra assinados por

¹ Mesma configuração de uma aldeia desabitada há muito, quando visitada se registrou vestígios de esteios de antigas casas de núcleos familiares com uma casa central, de reuniões; local de plantio de mandioca, pés de coco, entre os quais está enterrado um recém-nascido e um boqueirão tomado por um bananal; conforme o cacique da Tiba tais plantações possuem mais de sessenta anos e ainda existem parentes das famílias que ocupavam esta área, que eles agora buscam preservar.

² Explicação de um perito da aldeia Tibá, instado sobre por que puxa as danças do Auê/Toré em círculo e faz, por vezes, meias-voltas.

³ No processo de demarcação de suas áreas de terra, indígenas e assentados em Projetos de Assentamento (PA doravante) da Unidade Avançada (UA doravante) do INCRA de Itamaraju entraram em disputas, sempre latentes, porém recrudescidas na década de noventa, com destaque para as que geraram processos judiciais como a questão entre a Terra Indígena (TI doravante) Águas Belas e o PA Três Irmãos e entre aldeia Corumbauzinho e o PA Corumbau. Como beneficiários de políticas públicas, estão vinculados a agências, FUNAI e INCRA, as quais têm posições e tomadas de posição específicas, escudadas na legitimidade da representação dos anseios das duas coletividades e de seus direitos constitucionais; mormente o acesso a terra.

fazendeiros titulados pelo Estado da Bahia, ou que afirmam possuir registro em algum cartório no Extremo Sul/Ba (ES doravante).

Tais conflitos serviram, aqui, como espaços de interações significantes para a definição de limites políticos, econômicos e sociais, em suma, na *diferenciação interna do campesinato*⁵.

As políticas públicas específicas a cada grupo trazem para o conflito a mediação de agentes da FUNAI e do INCRA. Por estarem próximas a áreas de preservação ambiental, há a necessidade da presença de técnicos do IBAMA nesta mediação. Quando ocorre a geração de processos judiciais, mais agentes são envolvidos: os advogados representando as partes envolvidas, os representantes da justiça estadual e Federal, os peritos judiciais (antropólogos, agrônomos, Eng.º ambientais, agrimensores) e ONGs e partidos políticos, que assessoram ou prestam apoio às duas minorias sociais envolvidas, soma-se assim, inúmeros outros agentes. A posição e as tomadas de posição destes agentes possuem significados de cuja compreensão depende o entendimento do processo.

O objetivo central da investigação, assim, é caracterizar e correlacionar os diferentes “proprietários” da terra em disputa e o que essa posse significa para cada um deles, em especial as perspectivas contrastivas no contato de um grupo étnico indígena com “não-índios” classificados como grupo minoritário dentro da sociedade abrangente, no caso os assentados, relação que será o grupo amostral e fio condutor desta comunicação. Tratar-se-á, com esse intuito, das relações entre a política de reforma agrária e a de demarcação de terras pertencentes a grupos étnicos nacionais e, por fim, do papel, nesse jogo, dos *experts* contratados como assessores jurídicos (advogados), antropológicos e dos técnicos da área de agronomia cujos saberes são utilizados para validar as diferentes posses envolvidas.

4

Não índios que ocuparam, desmataram e começaram a produzir em glebas interagindo com as aldeias Pataxó via casamento; alguns deles foram considerados com perfil de “sem-terra” e assentados na implementação do PA. Estes e os Pataxó da TI Corumbauzinho que foram assentados no mesmo PA, formarão uma espécie de grupo de controle dentro do grupo amostral Pataxó/Sem-Terra, utilizados, no recorte teórico metodológico arbitrado, para verificar as diferentes concepções de posse envolvidas, a territorialização, a diferenciação étnica e a conseqüente luta por um patrimônio que, em seu caráter difuso, pertence, num só tempo, há ambos os disputantes, ao povo brasileiro e, enquanto patrimônios mundializados (o valor social e simbólico da posse da terra) a toda a humanidade.

5

Deslegitimar tal tema, clássico na teoria social, tem sido um a priori nas análises sobre a realidade agrária nacional, centradas na proletarianização do campesinato “bóia-fria” ou na figura do pequeno produtor rural, também denominado camponês ou lavrador. Já há algum tempo os antropólogos, escudados na tradição da sua disciplina, têm insistido em denunciar a falácia da modernização homogeneizadora e em afirmar a presença crucial do pequeno produtor entre nós. (Velho, 1980: 157, 158, 168).

Para se atingir o objetivo central foi necessária, em concomitância à caracterização dos diferentes “proprietários” das áreas e do que elas significam para cada um deles, a busca de homologias nas relações Pataxó/“não-índios”, sejam os classificados como grupo minoritário dentro da sociedade abrangente, sejam aqueles pertencentes à classe dominante. Demarcou-se, também, as fronteiras e intersecções entre a política de reforma e desenvolvimento agrário, baseada no valor social da terra improdutiva; a política ambientalista, que julga o direito de utilização da terra a partir de valores preservacionistas; os posseiros baseados na lei de usucapião; fazendeiros e seus herdeiros, legitimados por títulos estaduais de posse de terra, ou concessões municipais de uso; e a identificação e demarcação de terras pertencentes a grupos étnicos nacionais, baseada no valor étnico que coletiviza a posse imemorial da terra.

Além das organizações políticas coletivas dos Pataxó, dos assentados e das organizações, governamentais ou não, é necessário identificar os agentes sociais que atuam nestas organizações, posicionando-os no quadro interno da organização a que pertence, nas relações interinstitucionais e no campo das classes sociais; qualificando significados subtendidos nas suas tomadas de posição em relação ao conflito.

A pesquisa justificou-se, entre outras razões, por discutir problemas como os diversos significados de posse percebidos pelos antropólogos em pesquisas de campo, as teorias do contato interétnico e as análises sobre movimentos baseados em lutas coletivas por terra e na manutenção e reprodução das suas condições de existência, partindo de casos empíricos. Ao mesmo tempo, permitiu discutir as políticas públicas cujas agências são as executoras da reforma agrária, da demarcação de terras indígenas e da preservação ambiental, tomadas no nível Federal, estadual e municipal, bem como nas perspectivas legislativa, judiciária e executiva do poder.

Tais agências possuem o *status* de instâncias definidoras da posse legítima da terra no Brasil, que soma à posse legal definida, noções como a função social da terra, que permitiu aos sem-terra a ocupação de terras improdutivas e a noção de direito étnico, que tornou socialmente aceitável a ‘retomada’ de terras expropriadas a grupos tribais brasileiros, por fim, a idéia de desenvolvimento sustentável que impõe *bias* à posse em termos da utilização econômica da terra.

Estruturou-se a esta comunicação, tal qual a tese que lhe inspira, em três temáticas tomadas aqui como perspectivas, lentes para enquadrar o, já citado objetivo central, a

“posse”, os “posseiros”, seus significados para a territorialização e a etnicidade Pataxó meridional e os sentidos destas “representações” na ocupação/utilização do entorno do Monte Pascoal.

- **Textualização e Territorialização Pataxó meridional**

Neste ponto, se investiga a aplicabilidade do conceito de territorialização e a sua viabilidade na elaboração de textos e falas sobre comunidades étnicas, incluída a dupla subjetividade: observadores/observados e sua autodeterminação compreendida enquanto uma perspectiva *ethno* da etologia e ecologia local.

Tais textos, numa descrição propedêutica, permitem uma categorização que torne significativos os conjuntos analisados: no primeiro textos teóricos sobre etnicidade (o que já inclui textos sobre os povos indígenas brasileiros e em especial os que tratam dos “índios do Nordeste”) e textos, e/ou discursos que tratam diretamente da questão Pataxó, enquanto laudos, propriamente ditos, ou considerados essenciais para os processos laudatórios que envolvem este povo indígena.

Toma-se como suposto de tal categorização que, para discutir os limites objetiváveis, suas apreensões coletivas e subjetivas na diferenciação étnica, não há melhor abertura que a análise da clássica introdução de Fredrik Barth sobre os grupos étnicos e seus limites, caracterizando sua potencialidade e limitações na análise de processos de territorialização étnicos. Para tal, os limites objetiváveis entre grupos em processos identitários étnicos serão tratados a partir das diferentes apreensões coletivas da etnicidade, assim como, das variações subjetivas nestas apreensões.

Como o processo identitário étnico é apenas uma das formas possíveis de construção de identidades, relacionar-se-á as concepções de etnicidade e classe, buscando elementos para compreender processos de diferenciação intraclasse, que categorizam as pessoas como membros ou não membros de grupos étnicos.

A territorialização Pataxó está vinculada à produção de laudos antropológicos, desde a chegada dos primeiros antropólogos da UFBA em Barra Velha – Porto Seguro/Ba 1971. Nestas três décadas foram construídos textos, dissertações, teses, relatórios de viagens, laudos de identificação e delimitação e laudos de definição étnica. Um dos significados para estes laudos é a sua instrumentalidade nas disputas territoriais enfrentadas pelos Pataxó, que ultrapassa o caráter técnico-científico destas narrativas; fornecendo-lhes um contínuo municiar teórico-conceitual utilizado politicamente, frente às pretensões de

legitimidade dos agentes sociais, instituições e grupos de agentes sociais responsáveis por intrusões no seu espaço de territorialização (Agostinho, 1981; Caetano da Silva, 1998, 1999, 2003, 2004; Carvalho, 1977; Carvalho, Caetano da Silva, 2008; Carvalho, Sampaio, 1992).

- ***Identities, pessoa e self: múltiplos reflexos Pataxó meridionais***

Aqui, a perspectiva serão os aspectos ritualísticos, envolvendo, duplamente, agentes sociais e personagens rituais, mormente, na sua 'representação' enquanto Pataxó, que passa, sobretudo, pela afirmação de um estilo de vida político-econômico. Tal é a marca de sua posição no espaço social, para cujo entendimento, tomar-se-á a atuação/performance no Auê/Toré, possível a partir do personagem ritual assumido e desempenhado, como índice do seu engajamento e militância no processo identitário Pataxó meridional. Outro índice é a questão da escolha e da adesão pessoal à etnicidade, que será analisada a partir do nome pessoal indígena e do uso do léxico Pataxó, buscando-se nesta ritualização da concepção de pessoa, pistas para a definição de um *self* Pataxó, com características étnicas próprias.

Assim serão pensadas as danças seguidas de cantos conhecidas como Toré/Auê, sua prática, a perícia e as crenças nelas envolvidas, seu equipamento expressivo total serão tomadas como índice privilegiado para a busca dos sentidos e significados deste faccionalismo gerador, supõe-se, de múltiplos reflexos identitários envolvidos na etnicidade Pataxó. Estes configuram diferentes personalidades étnicas de agentes sociais que professam, ou presumivelmente o poderiam, uma identidade Pataxó; diferenciando-os de outros que, presumivelmente também, não o poderiam e com os quais interagem.

Tais sentidos e significados em uma gradação perspectivada pela etnicidade ativada por agentes sociais no ES baiano formam um quadro que inclui desde alguns que se representam enquanto Pataxó, passando por outros que não o fazem. Tal perspectiva é complementada com a visão dos *outsider* ao povo indígena Pataxó, assim como aos *outsider* ao ES, à Bahia, ao Nordeste ao Brasil, outra gradação que permite multiplicar as situações interacionais.

Alem da análise de etnografias e outras fontes secundárias, os agentes foram observados diretamente em situações extra-cotidianas, especialmente, a situação de entrevista. O fato de ter ido acompanhado ao campo, para o ponto de vista da tese

antropológica mostrou-se uma situação que impôs bias, outrossim, ampliou os recortes de investigação possíveis, não só em alcance, extensão e profundidade da pesquisa, como na ampliação das interações entre índios e não-índios observáveis; situação bastante útil para um recorte teórico-metodológico que privilegia a expressividade interacional dos limites entre agentes sociais e coletividades diferenciadas etnicamente.

Em vários momentos de estada no campo se teve a companhia de equipe multidisciplinar. A pesquisa iniciou em 1998 elaborando laudos, passou por estadas pessoais e profissionais (professor) no campo, participei de Planos Diretores Urbanos, aulas práticas com alunos de jornalismo e em projetos de pesquisa que conduzo na UESB. Em todos os casos se apresentaram oportunidades públicas onde se desejava saber dos entrevistados da sua condição étnica expressada nas estratégias político-econômicas implementadas e nas marcas especificamente étnicas com as quais se equipam, a saber: o nome indígena, relações de parentesco e vizinhança com outros Pataxó, seu léxico próprio, suas tradições, festividades e rituais. Estes modos de representar sua personalidade como expressão de um modelo de identidade étnica para seus observadores fornece uma das bases deste trabalho.

Foi possível registrar, também a interação entre os Pataxó e moradores locais, além dos turistas brasileiros e estrangeiros. Esta situação de interação já foi utilizada por Grunewald (2001) para descrever os Pataxó a partir da sua experiência com o turismo e da apresentação da sua coletividade como os índios do Descobrimento, numa perspectiva da invenção de tradições. Pensa-se, porém, que a relação dos Pataxó com o turismo é uma entre as várias interações nas quais eles precisam representar sua personalidade como étnica e, possivelmente, não é o principal tipo nem o mais contínuo, ou mesmo permanente, haja vista, este ser sazonal e afetar pontual e diferenciada a cada uma das quinze aldeias no entorno do Monte Pascoal algumas com maior outras com intensidade mínima, até residual. Ver-se-á casos em que a relação com a produção de artesanato e a comercialização para turistas representa uma pequena parte da vida pessoal de muitos Pataxó.

Pretende-se analisar, a personalidade étnica que faz parte da apresentação de si, na interação cotidiana com seu meio ambiente comportamental, contextualizada em sua

situação étnica e a sua ‘representação’⁶ ritual do “eu” Pataxó. No toré, ou noutros momentos quando se exibem com a ‘tanga’⁷, o ‘casquete’⁸, os colares, pintam-se e portam bordunas, lanças, arcos e ‘maraca’⁹, tais agentes personalizam o processo identitário Pataxó em sua personalidade vista por ele, pelo antropólogo e pelos seus consócios e contemporâneos como diferenciada etnicamente dos demais ao seu redor. Por fim, o *self* Pataxó será buscado na escolha do nome indígena, escolha que individualiza e diferencia cada Pataxó num ato mais propriamente reflexivo.

Para tal, foram analisadas as diferentes formas de vivenciar o processo identitário Pataxó com base nas suas representações pessoais sobre sua condição política e econômica. A representação do eu será pensada em seus aspectos ritualísticos, envolvendo, duplamente, agentes sociais e personagens rituais, em especial, na sua representação enquanto Pataxó que passa, sobretudo, pela afirmação de um estilo de vida político-econômico marca da sua posição no espaço social e que envolve o uso do nome indígena, de palavras do léxico Pataxó, de todo o seu equipamento expressivo (vestes, grafismos, lacerações e enfeites corporais, técnicas diversas) e pela atuação no toré/Auê; possível a partir de um personagem ritual. A performance de cada um no desempenhar tal pessoa social contribui para construir/manter a etnicidade Pataxó. Neste sentido, a escolha do nome pessoal indígena e o uso desse equipamento expressivo Pataxó meridional foram os índices para se verificar a adesão pessoal no processo identitário étnico a etnicidade será analisada, buscando-se nesta concepção de pessoa pistas para a definição de um *self* Pataxó, com características étnicas próprias.

Uma das marcas dos processos identitários é a sua formação em contraste a processos identitários coetâneos, em especial aqueles que lhes são contíguos no espaço. A construção da pessoa e de um possível *self* Pataxó estará sendo pensado em relação a outro grupo camponês envolvido num processo identitário não étnico, mas igualmente forte e arraigado e com condições político-econômicas semelhantes, os Sem-Terra ligados ao MST.

- **A Luta e a Posse da Terra Entre os Pataxó Meridionais no Entorno do Monte Pascoal**

⁶ Como os próprios Pataxó se referem à expressão pública de sua luta, catalisada muitas vezes na forma de um toré.

⁷ Saião feito de fibras de palmeira ou, mais raramente, de cortiça

⁸ Ornamento de penas para a cabeça, os mais complexos em confecção e que recobrem uma parte maior da cabeça são chamados ‘cocar’.

⁹ Chocalho feito com uma cabaça cheia com sementes de uma outra planta e na qual colocam o cabo de madeira.

Por fim, a noção nativa de posse da terra, um tema clássico na antropologia tratado de forma direta em textos como *Coral Gardens* de Malinowski e *Negara* de Geertz, ou indiretamente em *The Nuer* de Evans-Pritchard e *La Maison Kabile* de Bourdieu será buscada na etnografia da retórica Pataxó na posse/preservação da terra, contraposta no ES da Bahia a outras noções de posse que se pretendem também legítimas: a propriedade registrada dos proprietários e seus herdeiros titulados pelo estado da Bahia, aquelas provenientes do usucapião que legitima posseiros que invadiram as terras e nelas construíram benfeitorias, o conservacionismo dos ambientalistas que pensam a região como um paraíso ecológico que deve permanecer intocado e a função social da terra de trabalho, bandeira do MST e outros movimentos de trabalhadores rurais que, em duas décadas modificaram a paisagem latifundiária da região implementando dezenas de assentamentos e acampamentos no processo de Reforma Agrária.

Percebe-se que a luta Pataxó na região os coloca numa situação de enfrentamento a múltiplos oponentes: MST, INCRA, IBAMA, fazendeiros, posseiros, pistoleiros, policiais e políticos locais. Suas retomadas, entre o Monte e o mar seguem trilhas, rotas construídas coletivamente, marcas indelévels deixadas num território determinado e do qual depende a manutenção de sua diferenciação étnica. Sua territorialização é, assim, a base para a sua reintegração/reestruturação política/econômica, vinculando o artesanato, a agricultura de queima e ‘coivara’, a mariscagem e a pesca fluvial e costeira na construção de uma “autonomia/utopia” (Bierbaum 1990) Pataxó permitindo a reprodução da sua diferenciação étnica, no multi-étnico ES da Bahia. Mesmo as clivagens de classe geradas nesta territorialização permitem perceber que, seja Pataxó, seja Sem-Terra a marca étnica Pataxó da luta pela terra permanece apesar das mudanças de identidades, do entricheiramento nos limites sociais e nas fronteiras a um só tempo cruzadas e reforçadas.

No foco da pesquisa, que é a luta pela posse da terra entre os Pataxó meridionais no entorno do Monte Pascoal, aventa-se que tais lutas provocam múltiplos reflexos entre as visões e di-visões de mundo envolvidas e se pretende descrevê-las, mais uma vez destacando a perspectiva Pataxó dessa luta pela posse de seu patrimônio. Para tal, o capítulo final, enredará as perspectivas discutidas nos dois capítulos anteriores, ao caracterizar e analisar as noções Pataxó meridionais de **luta** e **posse**, base de sua retórica ambulante, que constrói “representações” em torno do Monte Pascoal e de seu

Entorno; **patrimônio** re-plicado, ex-plicado na resiliência geracional e espacial do processo identitário étnico em questão.

- **Considerações Finais**

Esta comunicação iniciou-se salientando que o fato das teorias de Barth corresponderem a um dos fulcros dos estudos sobre etnicidade e territorialização de grupos indígenas e de remanescentes de quilombos aponta para mais um dos seus potenciais em cruzar determinadas fronteiras de fortalezas teóricas muito arraigadas, como aquelas que categorizam o processo identitário dos movimentos negros como racialização, considerada um processo distinto das demais etnicidades.

Ao se investigar o papel destas teorias, autores e atores no processo de territorialização dos Pataxó no Monte Pascoal (ES/Ba), especialmente pela etnografia do seu conflito com assentamentos do INCRA, cujas organizações são vinculadas ao MST, algumas hipóteses foram aventadas: uma possível circularidade de idéias sobre a terra e sua utilização. Esta circularidade gera posições homólogas em relação à posse da terra, sejam as assumidas por extratos dominantes na classe dominante e reproduzidas por agentes da classe dominada; sejam as assumidas por intelectuais, que ocupam extratos dominados da classe dominante e aproximando-se dos extratos dominados da classe dominada. Ter-se-ia, assim, um contínuo municiar teórico-conceitual para os grupos que se opõem e se confrontam politicamente. Em todo esse processo o papel do *expert* ultrapassa a construção de pareceres técnicos e laudos periciais; tornados instrumentos de disputas políticas.

Para a análise da identidade Pataxó, tomou-se a noção de pessoa e sua personalidade étnica, assim como, ao *self* de cada Pataxó, constituído enquanto um *self* étnico ficou evidente que apenas o caráter organizacional, político-econômico coletivo da adesão ao processo identitário Pataxó não dá conta das diferenças que permanecem e que podem ser manipuladas entre aqueles agentes que entrincheiram, ou que cruzam os limites interétnicos. Para entender a permanência da dissimilação foi preciso sair do nível da identidade enquanto um processo coletivo e entrar mais na subjetividade. Passou-se antes pela pessoa. Em meio à multiplicidade de aspectos e agentes envolvidos no processo identitário Pataxó cresce o número de pessoas, grupos de pessoas e, mesmo, pessoas coletivas lutando pela permanência da identificação étnica e pelos direitos oriundos dela.

Assim o Toré / Auê foi lido como uma representação ritual, cosmológica da condição étnica Pataxó, A força centrífuga expressada no círculo que unido translada o centro e a força centrípeta, cristalizada no personagem ou símbolos rituais centrais, no centro de toda aldeia Pataxó O caráter estático simbolizado aponta para a permanência do processo identitário Pataxó, em meio à multiplicidade dos giros que as pessoas Pataxó possam dar: individual, coletiva, ou mesmo, faccionalmente, para a par, ao nome indígena e seu uso que segue uma lógica paradoxal. Na cena étnica mais íntima estando mais ligado as relações familiares na unidade doméstica, o elemento mais íntimo; enquanto na cena pública não-étnica e o elemento que torna a condição étnica do indivíduo mais publica, sendo a um só tempo uma construção reflexiva e um atributo concedido socialmente.

Por fim, da análise das rotas trilhadas pelos Pataxó meridionais em suas lutas no entorno do Monte Pascoal, foi possível perceber que a luta Pataxó na região os coloca numa situação de enfrentamento a múltiplos oponentes: MST, INCRA, IBAMA, fazendeiros, posseiros, pistoleiros, policiais e políticos locais. Suas retomadas, entre o Monte e o mar seguem trilhas, rotas construídas coletivamente, marcas indeléveis deixadas num território determinado e do qual depende a manutenção de sua diferenciação étnica. Sua territorialização é, assim, a base para a sua reintegração/reestruturação política/econômica, vinculando o artesanato, a agricultura de queima e ‘coivara’, a mariscagem e a pesca fluvial e costeira na construção de uma “autonomia/utopia” (Bierbaum 1990) Pataxó permitindo a reprodução da sua diferenciação étnica, no multi-étnico ES da Bahia. Mesmo as clivagens de classe geradas nesta territorialização permitem perceber que, seja Pataxó, seja Sem-Terra a marca étnica Pataxó da luta pela terra permanece apesar das mudanças de identidades, do entricheiramento nos limites sociais e nas fronteiras a um só tempo cruzadas e reforçadas.

- **Referências**

- AGOSTINHO DA SILVA**, Pedro Manuel. “**Condicionamentos ecológicos e interétnicos da localização dos Pataxó da Barra Velha**”. In: BRUNETTI, Almir dos Campos (org.) Tulane Studies in Romanics Language and Literature, n.º 10. New Orleans: 1981. p. 63-80.
- BIERBAUM**, Bernhard F. 1990. “**Fazer a Flecha Chegar ao Céu Novamente**”. Resumo da tese: 1989. Der lauf des krebsses: Veränderungen in lebensweise und Orientierung der Pataxó Brasiliens, München, Universität, München. (mimeo)

CAETANO DA SILVA, José Luís. 1998. Laudo pericial de identificação de moradores da Terra Indígena Coroa vermelha em processo movido pela Centauro Imobiliária. Poder Judiciário, Justiça Federal, SJ/BA. Vara Única de Ilhéus.

_____. 1999. **Laudo pericial sobre retomada de glebas do Instituto Nacional de Reforma Agrária no Projeto de Assentamento Corumbau por Pataxó da Terra Indígena Corumbauzinho.** Poder Judiciário, Justiça Federal, SJ/BA. Vara Única de Ilhéus.

_____. 2003. **Relatório Técnico Sócio-antropológico.** In: VAL, Rosemary. Relatório Técnico do Plano Diretor Urbano de Prado/Ba vls. 1, 2, 3 e 4. Coordenação de Apoio ao desenvolvimento Regional – CAR/Ba.

_____. 2004. **Conflitos Fundiários e Étnicos Entre Pataxó e Sem Terra no Extremo Sul da Bahia.** Revista AntHropologicas Vol 14 (1 e 2) ISSN 1516-7372. Programa de Pós-Graduação em Antropologia (PPGA). Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), p. 213-234

CARVALHO, M.^a Rosário Gonçalves de. Os Pataxó de Barra Velha: seu sistema econômico. Dissertação apresentada ao PPGCH. Salvador/Ba: UFBA, 1977.

CARVALHO, M.^a Rosário Gonçalves de, CAETANO DA SILVA, José Luís 2008. Tradições Étnicas Entre os Pataxó no Monte Pascoal: subsídios para uma educação diferenciada e práticas sustentáveis. Vitória da Conquista: Edições UESB. 500p. (no prelo).

_____, **SAMPAIO, José Augusto Laranjeiras. 1992. Parecer Sobre o Estatuto Histórico-Legal das Áreas Indígenas Pataxó do Extremo Sul da Bahia.** Salvador; Associação Nacional de Ação Indigenista (mimeo)

GRÜNEWALD, Rodrigo de Azeredo 2001. Os índios do descobrimento: tradição e turismo. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria.